

«TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA»: CONTRIBUIÇÃO
PARA O ESTUDO DA OBRA DE H. BRAVERMAN

Roseli FISCHMANN *

RESUMO: Este estudo apresenta uma breve síntese da obra *Trabalho e Capital Monopolista* de Harry Braverman, discute algumas de suas idéias, tecendo considerações sobre seu alcance.

PALAVRAS-CHAVE: Capital monopolista. Divisão do trabalho. Divisão de tarefas. Controle.

SUMMARY: This paper presents a short synthesis of the Harry Braverman's *Labour and Monopoly Capital*, discussing some of the ideas presented there, regarding its importance to social issues.

KEY WORDS: Monopolly capital. Division of job. Control.

A obra de Karl Marx tem sido usada cada vez com mais frequência no Brasil como ponto de partida para as análises das questões educacionais. Da mesma forma, há autores que se reportam ao referencial marxista — e Gramsci é ótimo exemplo — que já se constituem em leitura indispensável até para se entender o quadro das visões e posturas que dominam o cenário educacional brasileiro mais recente.

Nesse contexto, há relativamente pouco tempo é que se tem divulgado o livro de Harry Braverman intitulado **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. ** Cada vez mais encontra-se sua presença em indicações bibliográficas de artigos e livros especializados. O que justificaria essa divulgação?

A meu ver, essa obra de Braverman é indispensável para aqueles que se dedicam ao estudo da educação e da escola e, embora não se trate propriamente de um vade mecum» da sociedade, fornece pistas importantes para a compreensão do capitalismo, tal como hoje se configura.

* Professora Assistente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

** Todas as citações referem-se a BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista — A Degradação do Trabalho no Século XX*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Sem dúvida, é indispensável procedermos às devidas ressalvas que sempre cabem quando se trata de autor cujo trabalho está voltado para uma realidade que não é a nossa. Isto fica especialmente claro no estudo que faz do Estado e que não se aplica ao caso brasileiro, onde se encontra um Estado grande empregador de mão-de-obra em todos os níveis e não simplesmente um pseudo-árbitro de interesses divergentes. Ainda aí, porém, a contribuição é grande, pois nos ajuda a perceber de uma forma mais clara as relações que existem entre o que se vê hoje, no Brasil, e o capitalismo internacional.

Este artigo procura, então, traçar inicialmente uma rápida síntese da obra citada de Braverman, discutindo, a seguir, algumas de suas idéias e tecendo considerações sobre o seu alcance.

"Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade."

H. Braverman

1. Propósito da Obra:

Em sua Introdução, Braverman aponta o **objeto** da obra **Trabalho e Capital Monopolista**: o estudo do «desenvolvimento dos processos de produção e dos processos do trabalho em geral na sociedade capitalista» (p. 24).

O Autor destaca que, apesar da força profética dos escritos de Marx, faltava um acompanhamento do desenvolvimento do modo capitalista de produção para a atualização de sua crítica, o que se constitui, justamente, na «arma mais contundente do marxismo» (p. 23).

Braverman aponta e critica certas tendências entre os cientistas sociais, que:

- (a) justificam a adoção pela União Soviética da organização do trabalho semelhante à capitalista, aceitando «tudo o que é 'real' como 'necessário', tudo o que existe como inevitável e, portanto, o atual modo de produção como eterno (...) — um verdadeiro determinismo tecnológico.» (p. 25);
- (b) «tentam compreender Marx como um fazedor de fórmulas» (p. 27);
- (c) enfatizam a existência de uma «nova classe trabalhadora», aí incluídos engenheiros, técnicos, cientistas, peritos em admi-

nistração, professores e que seriam superiores à «velha classe trabalhadora», pela qualificação e suas decorrências (pp. 31-34);

- (d) acabam por se tornar «cúmplices» do capital, ao desenvolver temas de «Sociologia Industrial» (pp. 35-37).

Embora o **escopo** do trabalho de Braverman seja a classe trabalhadora como um todo, o **enfoque** é limitado, por considerá-la como classe **em si mesma**. Para ele, «o necessário antes de tudo é um quadro da classe trabalhadora tal qual existe, com a forma dada a população trabalhadora pelo processo de acumulação do capital» (p. 34).

O Autor concentra-se, então, na fragmentação do processo de trabalho nas fábricas e em escritórios e seus efeitos sobre a classe trabalhadora.

Lembrando que esse assunto se refere a um dos fundamentos da sociedade capitalista, o Autor alerta para certos **estilos** de administração que aparentam introduzir alterações na situação dos trabalhadores, mas apenas são caracterizados «por uma estudada pretensão de 'participação' do trabalhador», (p. 43) e que se constituem, na verdade, em uma ilusão de escolha entre alternativas previamente fixadas e limitadas.

2. ESTRUTURA DA OBRA

Os vinte capítulos da obra de Braverman foram agrupados em 5 partes, a saber:

- I — Trabalho e Gerência;
- II — Ciência e Mecanização;
- III — Capital Monopolista;
- VI — A Crescente Diversificação da Classe Trabalhadora;
- V — A Classe Trabalhadora.

Inicialmente Braverman retoma alguns dos pontos mais relevantes da obra de Marx, comentando-os e exemplificando-os, para, a seguir, fazer uma crítica das diversas «escolas de administração», a partir de Taylor. Conclui a primeira parte com um capítulo relevante sobre «a habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção» e o papel aí desempenhado pela Psicologia e Sociologia Industrial.

Na segunda parte, o Autor trata da revolução técnico-científica — desde a conversão da ciência em auxiliar do capital até sua transformação em «mercadoria comprada e vendida como outros implementos e trabalhos de produção» (p. 146). Analisa as repercussões das mudanças nos instrumentos de trabalho sobre o traba-

lhador, bem como os efeitos dos novos modos de gerência e de nova tecnologia sobre a distribuição da população trabalhadora (p. ex. o surgimento de grande número de trabalhadores burocráticos; a questão do deslocamento do trabalho, etc.).

A terceira parte é de fundamental importância para a compreensão da obra de Braverman. Ali é discutida a extensão e profundidade do capital monopolista em termos de sua ação sobre: os movimentos do trabalho; a conformação da empresa moderna (aí incluída a questão dos «capitalistas administradores»); a transformação da vida em um imenso mercado formado por instituições capitalistas; o papel desempenhado pelo Estado.

A quarta parte é dedicada ao estudo do que já foi considerado como sendo uma nova «classe média»: trabalhadores em escritório, prestação de serviços e comércio menor. Braverman demonstra que o trabalho no escritório assemelha-se cada vez mais ao trabalho nas oficinas, mediante sua «racionalização», caracterizando-se não mais como trabalho mental, porém como trabalho manual. Já o setor de prestação de serviços encontrou condições de crescente ampliação com o capitalismo monopolista, não havendo, contudo, facilidade para se distinguir o que é «prestação de serviços» e o que é parte do próprio processo de produção (cf. pp. 304-305). Mesmo no comércio menor, a tendência é de desaparecerem as perícias, substituindo-as pelo ritmo de linha de montagem. Assim, também aqui o que há é uma desqualificação geral do trabalho e rebaixamento dos níveis salariais, ou seja, a crescente proletarização desses trabalhadores.

Finalmente, as idéias desenvolvidas nas quatro partes iniciais convergem para o estudo da estrutura da classe trabalhadora. Braverman discute, então: o papel do desemprego e da miséria no capitalismo monopolista; as características tendencialmente proletárias das «camadas médias» nas empresas; a dificuldade crescente em diferenciar trabalho produtivo e improdutivo no seio do capitalismo monopolista; a degradação do conceito de qualificação que acompanha a deterioração do trabalho.

3. COMENTÁRIOS DE ALGUMAS DAS IDÉIAS PRINCIPAIS

Na obra **Trabalho e Capital Monopolista**, Braverman retoma alguns pontos discutidos por Marx em **O Capital** e introduz análises ligadas ao desenvolvimento do capitalismo.

Ressalta que sua preocupação não é a divisão social do trabalho — «característica de todas as sociedades conhecidas» (p. 72) — mas a divisão do trabalho na oficina.

Considerando a possibilidade da separação concepção/execução, bem como a característica de trabalho sob contrato, onde apenas o capitalista detém os meios de produção, Braverman analisa a ma-

neira pela qual o estudo e o detalhamento do processo de produção são, ao mesmo tempo, frutos e fatores concorrentes do desenvolvimento capitalista.

Assim, um trabalhador individual pode empreender uma análise do processo de produção, com vistas a obter economia de tempo e trabalho. Da mesma forma, a divisão do trabalho na oficina propiciava um certo tipo de economia: o barateamento das partes individuais (Babbage, apud Braverman, p. 77).

No entanto, não é apenas essa parte técnica que deve ser considerada. Partindo do princípio de Babbage, Braverman analisa o aspecto social da divisão do trabalho:

"Traduzido em termos de mercado, isto significa que a força de trabalho capaz de executar o processo pode ser comprada mais barata como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador." (p. 79)

A partir daí torna-se importante que a «qualificação» do trabalhador seja estritamente aquela requerida pelo modo capitalista de produção. Em outras palavras, passa a ser indesejável, para o capitalista, «a distribuição generalizada do conhecimento do processo produtivo entre todos os participantes.» (p. 79).

Com isso não é apenas o processo de produção que é dividido mas também o próprio trabalhador. Em decorrência, as vantagens para o capitalista não se situam apenas no campo da lucratividade, mas também no **controle** que o parcelamento dos trabalhadores lhe faculta.

Com o aumento do tamanho das empresas e a introdução da organização monopolista, a questão do controle dos trabalhadores passa a merecer especial atenção, aparecendo vinculada ao desenvolvimento da gerência.

É nesse quadro que se situam os estudos e trabalhos de Frederick Taylor. O movimento da gerência científica a que Taylor deu início é considerado um marco, porque, a um tempo, foi fruto das diversas forças sociais em ação nos fins do século XIX, e se uniu a essas mesma forças ao ensejar o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Em que consistiu a obra de Taylor? Sua contribuição fundamental ao desenvolvimento capitalista, segundo Braverman, foi destacar que o controle do trabalhador pode ser melhor empreendido se as tarefas forem detalhadas e claras e previamente determinadas. Como decorrência, o conhecimento que se possa deter acerca do processo produtivo é colocado inteiramente a serviço do controle (p. 108).

É nessa linha de pensamento que se insere o papel que a ciência, por intermédio do que Braverman denomina «revolução técnico-científica», passa a exercer no mundo capitalista. De um lado, coloca-se a questão do financiamento de pesquisas, que, ao ser assumido principalmente pelas empresas monopolistas, passa a condicionar a escolha dos objetos de investigação. De outro lado, a aplicabilidade dos resultados alcançados pelos cientistas contribui de forma decisiva para a complexidade crescente do processo de trabalho e consequentes aumentos de lucratividade e alienação do trabalhador.

Desta forma, transforma-se a própria ciência em «mercadoria comprada e vendida como outros implementos e trabalhos de produção» (p. 146). Além disto, enquanto aliada do capital fornece os meios para que se dê mais um passo em direção ao suprimir ao trabalhador o conhecimento do processo de produção. Em outras palavras, se Taylor contribuiu com uma nova visão da organização do trabalho e novos meios de controle, a implementação está por conta da ciência, que passa a oferecer **novos instrumentos de trabalho**, criados e desenvolvidos fora da oficina ⁽¹⁾. Assim,

“A unidade de pensamento e ação, concepção e execução, mão e mente, que o capitalismo ameaçou desde os seus inícios, é agora atacada por uma dissolução sistemática que emprega todos os recursos da ciência e das diversas disciplinas da engenharia nela baseadas. O fator subjetivo do processo de trabalho é transferido para um lugar entre seus fatores objetivos inanimados” (p. 150).

Braverman ressalta, ainda, que a crescente mecanização do processo produtivo ocasiona tanto um excedente de mão-de-obra, que se constitui no indispensável exército industrial de reserva, quanto um deslocamento do trabalho.

Tal deslocamento se dá em função das novas exigências de funcionalismo técnico e de escritório — «trabalhadores burocráticos cujo trabalho abarca tudo o que era anteriormente executado de modo normal na própria oficina, ou em pequena escala nos escritórios do passado» (p. 211).

(1) No livro *Greve na Fábrica*, de Robert Linhart, há um ótimo exemplo de como os setores de Organização e Métodos interferem sobre os instrumentos de trabalho, independentemente de consulta aos operários. Trata-se de um retocador da Citroen, Demarcy, que era como um artesão, tal sua autonomia frente aos processos da fábrica, principalmente em função de sua banca de trabalho, inventada, modificada, transformada, completada por ele. Linhart descreve como o pessoal de O & M “aperfeiçoa” outro modelo de banca que tenta impor ao retocador e os resultados desastrosos — para o próprio operário, para a linha de montagem. Acabam por retomar a antiga banca, o que, porém, não correspondeu a que tudo fosse como “antes” para Demarcy: “Parecia sentir-se espiado. Em sursis. Como se esperasse o próximo golpe”. (Linhart, Robert. *Greve na Fábrica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. pp. 127-145).

Com isto, delinea-se uma nova estrutura da classe trabalhadora: ao mesmo tempo em que se diversificam as categorias ocupacionais, revela-se uma tendência ao rebaixamento geral do nível salarial e, em termos da sociedade, de «acumulação da miséria» (p. 339).

Há, no entanto, a destacar dentre aqueles trabalhadores burocráticos aqueles que se situam nas «camadas médias»: «engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores de supervisão e gerência, o considerável número dos empregados especializados e 'liberais' (...)» (p. 341).

Lembrando que no moderno capitalismo monopolista a tendência é a de transformar todo trabalhador em assalariado (entre outras, p. 342), Braverman destaca a posição peculiar daquelas «camadas médias». Assim, em termos de autoridade, a delegação faz-se com base em «sua relação com o poder e a riqueza que os comandam de cima» (p. 343); em troca — sua colaboração apresenta-se sob forma de **controle, comando e organização** dos trabalhadores que lhes são subordinados, tendo em vista os objetivos do capital.

No entanto, não se deve analisar de forma simplificada a composição dessas «camadas médias», uma vez que se constata, ainda, a existência de níveis intermediários, representados pelos «chefes de turma», pelos «especialistas técnicos», «supervisores de equipe». É aqui, então, que fica claro o papel mediador da administração: existindo, fundamentalmente, para fins de controle no seio da empresa, é efetuada «como um processo de trabalho rigorosamente análogo ao processo de produção, embora ele não produza artigo algum que não seja a operação e coordenação da empresa» (p. 228). Consequentemente, aí estão presentes «as mesmas relações antagônicas contidas no processo de produção» (p. 228).

É no âmbito desse antagonismo que se explica a posição peculiar dessas «camadas médias»: são intermediárias não porque se encontram fora da estrutura polar capital/trabalho, «mas porque, como parte desse processo», assumem «as características de **ambos os lados**» (p. 344).

Assim, de um lado detêm poder sobre os demais trabalhadores assalariados e sua remuneração equivale a «**uma participação no excedente** produzido na empresa (...)» (2). De outro, com a adoção da «racionalização» para um número cada vez maior de funções, mesmo as de chefia, generalizam-se os efeitos da «alienação» e, paulatinamente, «a forma operária começa a afirmar-se e a imprimir-se na consciência desses empregados» (p. 345).

(2) Braverman acrescenta, ainda: "... e pois pretendendo ligá-los ao êxito ou fracasso da empresa e dando-lhes um 'apoio administrativo' mesmo que pequeno" (p. 343).

Parece-me que chegamos aqui ao ponto que pode permitir superar a análise de classe em si realizada por Braverman, via seu próprio pensamento: que papel podem desempenhar essas «camadas médias» no sentido de facilitar ou impedir a formação de uma classe para si? O que significa, em termos de ação, o fato de possuírem as características de ambos os lados?

4. SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE BRAVERMAN

Há que se destacar a análise minuciosa que Braverman faz da obra de Taylor e que consiste em uma visão fundamentalmente diferente da tradição dos estudos de administração geral, que apresenta a «Escola de Relações Humanas» como antítese do «Movimento da Gerência Científica». (3)

Nessa linha de pensamento, ainda, destaca-se aquilo que é o cerne da discussão de sua obra — a fragmentação do processo de trabalho, no interior da «oficina». Aqui, a exacerbação da quebra da unidade concepção/execução corresponde a um penetrante mecanismo de controle que, a um tempo, barateia e desqualifica o trabalhador.

Com isso, a alienação do trabalhador dos processos de produção vence, cada vez mais, um número maior de fronteiras; o próprio trabalho mental é fragmentado, a recomposição da unidade do processo de trabalho só é alcançada em nível de planos da alta administração, enquanto concepção, ou na sociedade como resultado final.

É justamente essa transferência de responsabilidade e definição de propósitos, como alternativa única que caracteriza a degradação do trabalhador. O trabalho, «propriedade inalienável do indivíduo humano» (p. 56), não é apenas «comprado» (como força de trabalho) pelo capitalista, mas também «extorquido». Isto se faz mediante a «otimização» e «racionalização» do processo produtivo, com base na potencialidade multilateral e infinita plasticidade do trabalho humano (pp. 57 e 58). E, por fim, é aqui que se observa a contribuição de Braverman, no sentido de demonstrar que, se Taylor é dado como «proscrito», porque em seus escritos «reside uma teoria que nada mais é que a explícita verbalização do modo capitalista de produção» (p. 83), seus «princípios», ao contrário ganharam tons de requinte sendo

“impossível superestimar a importância do movimento da gerência científica no modelamento da empresa moderna e, de fato, de todas as instituições da sociedade capitalista que executam processos de trabalho” (p. 83).

(3) Cf., por exemplo, Warhlich, Beatriz — *Uma Análise das Teorias de Organização* (Rio, FGV, 1976).

Parece-me ainda, que, embora Braverman se proponha a analisar apenas a estrutura da classe trabalhadora, na verdade ele faz com que a discussão avance no sentido de facilitar a análise da questão da «classe para si».

É fundamental, a meu ver, uma questão lançada pelo Autor em diversas passagens do livro, porém de forma mais marcante nos capítulos «A Habituação do Trabalhador ao Modo Capitalista de Produção» e «O Mercado Universal». Refiro-me à destruição, no modo capitalista de produção, de alternativas para os trabalhadores: de organização do trabalho (p. 132), de vida social e econômica (p. 231 e seg.).

Sem dúvida, há um certo fatalismo na forma como Braverman analisa essa questão. No entanto, não se pode negar que observamos facilmente, à nossa volta, o que ele chama de «atomização da vida social» e que se explica «pelo desenvolvimento das relações de mercado como sucedâneo das relações individuais e comunitárias» (p. 235).

Assim, se até mesmo «os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado» (p. 235), como se pode colocar a questão de consciência de classe, por exemplo? Onde se situaria a possibilidade de organização política da classe trabalhadora, se até mesmo as formas mais elementares de cooperação humana são transformadas em relações de compra e venda? (p. 235).

Por outro lado, a leitura da obra de Braverman traz, consigo, um desafio: que estratégias concretas a compreensão desta realidade pode inspirar? Como escapar à armadilha que sentimos ter capturado o Autor e que é bem expressa em um livro infantil:

«Se de dia que é claro
a gente pensa no que passou,
de noite no escuro
se tem... saudades do futuro.» (4)

(4) MASUR, Jandira. *O jogo do contrário* — 3ª ed., São Paulo, Ática, 1980.